

A C O R D A o

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Civil nº 29.234, da Comarca de BELO HORIZONTE, sendo Apelante: ELIANE PEREIRA DE REZENDE e Apelado: INDÚSTRIA DE CALHANES E DERIVADOS S/A.

A C O R D A, em Turma, a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, incorporando nesse o relatório de fls., e sem divergência na votação, dor provimento à apelação, pelos fundamentos constantes das inclusas ¹⁰ TAS TACUIGRÁFICAS, devidamente autenticadas, que ficam fazendo parte integrante desta decisão.

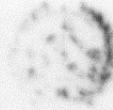
Custas, na forma da lei.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 1956.

JUIZ CLÁUDIO COSTA, Presidente e Vogal.

JUIZ CUNHA CAMPOS, Relator.

JUIZ HUGO BENGTSSON, Revisor.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

II. JUIZ CUNHA CAMPOS:

"a) Registrei no relatório os principais pontos da demanda. A apelada moveu a Sebastiana Correa Machado execução e a citação da mesmo se deu aos 21/11/81 e o mandado se juntou aos autos aos 03/02/1982 (fls. 9v. do openo). Neste execução foi penhorado um terminal telefônico e daí os embargos de terceiro ajuizados pela apelante. Assevera esta que comprou terminal antes da penhora e de Joice Fonseca, não da executada.

Rejeitados os embargos vem o recurso a tempo

nodo.

Deix conheço e passo o seu exame.

b) A meu sentir Liebman elucidou o ponto notar que "o ato de alienação, embora válido entre os partes, não subtrai os bens à responsabilidade executória" e o seguir: "Iei dispensa a prova do elemento subjetivo da fraude".

O necessário é provar a existência de prejuízo para o credor (Liebman, Processo de execução, S. Paulo, 1980, 2ª ed., Saraiva, nº 45, págs. 108/109).

Quando a caracterização deste prejuízo, de necessidade de vir desenhada nos autos, também nos fala Mendonça Lima (Com. ao CPC, Forense, 4ª ed., Rio, 1985, Vol. VI, nº 111, págs. 467/468).

c) Liebman opera uma distinção a meu sentido pertinente:

"Desta disposição resulta que, quando os bens alienados constituem objeto instrumental da execução a caracterização da fraude depende da prova de prejuízo, ou seja feita

insuficiência de outros bens do executado (ob. ed. cit., pág. 1).

Outro não é o entendimento de Kendon quando assevera: "a alienação e a oneração, por si sós, podem constituir a "fraude de execução", se o credor encontrar outros bens com os quais a obrigação possa ser satisfeita." E prossegue: "Ainda que tenha havido a intenção de fraudar, mas o dano não ocorreu, o credor não sofreu prejuízo algum (ob.cit.ed.1981, nº 1115, págs. 467/468). Ainda deste processualista as observações no sentido de que, atendido o texto do inciso II do artigo 593 só há fraude se a alienação reduz o devedor à insolvência (ob. cit., nº 1128, pág. 473).

d) O embargado não demonstrou que a venda de telefone reduziu a executada à insolvência ou que esta não dispõe de outros bens.

Dai porque dou provimento ao apelo para o reenvio, por estes motivos, fraude à execução. Custas do processo, do recurso pelo credor, e honorários de advogado de 15% sobre o valor de causa."

DR. JUIZ HUGO BENGTSSON:

"De inicio, é dese verificer que, em 07 de fevereiro de 1982, a executada Sebastiana Correia Machado vendeu o direito de uso do terminal telefônico 44-1161, mudado depois para 212-2980 para Joice Fonseca.

Em 10 de maio de 1982, na execução que Indústria de Carnes e Derivados, S/A move a Sebastiana Correia Machado, procedeu-se à penhora em mencionado direito de uso de número terminal telefônico.

Acontece, outrossim, que desde o dia 04 de maio de 1982, já houvera transferência para Eliane Pereira Machado.

Assim, observamos que não havia qualquer vinculação do bem penhorado à execução quando de suas transferências.

Assim, o credor deveria demonstrar a reduzida insolvência da devedora para configurar a fraude à execução.

Nesse sentido as lições do proverbo Humberto Mendes Júnior, in "Curso de Direito Processual Civil", v. I, II, pág. 516, edição 1985:

"Não havendo a prévia sujeição do objeto à execução, para configurar-se a fraude deverá o credor demonstrar o eventus domini, isto é, a insolvência do devedor decorrente da alienação ou encaração. Esta decorrerá norma técnica da insuficiência de outros bens penhoráveis ou da insuficiência dos encarados".

E o credor, respeitosamente, se desculpou
fazer ou produzir tal prova.

A embargante é adquirente de boa fé, com ação anterior ao ato de constrição judicial.

Procede o seu pedido.

Com estas razões de decidir, alinhadas constantes do erudito voto do eminente Relator, dou provimento à apelação, para julgar procedente o pedido constante dos embargos de terceiro."

II. JUIZ CLÁUDIO COSTA:

"De acordo."

III. JUIZ PRESIDENTE:

"DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO."